

## **Avaliação de Políticas Públicas de Turismo: uma análise bibliométrica**

**Alba de Oliveira Barbosa<sup>1</sup>**  
**Dinah dos Santos Tinoco<sup>2</sup>**

### **Resumo**

Este trabalho tem por objetivo fazer um levantamento dos artigos que versam sobre avaliação de políticas públicas em turismo nos periódicos especializados, avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES com conceitos iguais ou superiores a B4. Quanto à metodologia, foram selecionados artigos cujo título apresentasse uma ou mais palavras-chaves referentes à avaliação de política pública em turismo no período 2003-2010 que buscou elucidar a frequência da produção acadêmica sobre avaliação, autores e instituições, os objetos do estudo, procedimentos metodológicos e citações da bibliografia especializada. Utilizou-se a técnica de análise de conteúdo. Os resultados mostraram que é muito pequeno o lugar e a importância da avaliação nos principais periódicos de turismo. Verificou-se diversidade de autores e instituições e pouca utilização da bibliografia especializada tanto sobre avaliação quanto sobre o turismo. Como conclusão, faltou clareza quanto à metodologia utilizada, principalmente em relação às categorias analíticas e indicadores, o que comprometeu parte das análises e principais conclusões.

**Palavras-chave:** Bibliometria. Avaliação de Políticas Públicas. Turismo.

### **Introdução**

O artigo em questão apresenta informações de um levantamento inicial com o objetivo de subsidiar uma pesquisa de doutoramento na área de avaliação de políticas públicas de turismo. O intento foi identificar autores, obras e instituições de referências, bem como tipologias e metodologias de avaliação utilizadas nos estudos publicados nos periódicos de turismo avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Este artigo segue a tendência apontada por Caldas e Tinoco (2004) que observaram a proliferação de artigos científicos que procuram analisar a produção acadêmica nacional em diversas áreas.

O estudo das políticas públicas de turismo tem ampliado sua importância devido ao crescimento da atividade nos países em virtude de motivações diversas. O turismo tem sido divulgado como uma alternativa para desenvolver econômica e socialmente as localidades, no entanto, esse desenvolvimento pode não ocorrer e não é difícil encontrar

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. E-mail: albabarbosa@ig.com.br.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. E-mail: dinahtinoco@uol.com.br.

casos de crescimento turístico que também foram geradores de irreversíveis problemas ambientais e aumento da concentração de renda.

A política de turismo pode ser entendida como um conjunto de ações de entes governamentais com vistas a modificar o meio econômico e social. Ela apresenta as diretrizes básicas da atividade no país onde se encontram, os objetivos gerais e as prioridades de ação estatal para o setor.

A política pública de turismo deveria atender aos seguintes requisitos: a) definir os termos nos quais as operações turísticas devem funcionar; b) estabelecer códigos de conduta e de ética a serem respeitados pelos visitantes fornecedores e comunidade; c) facilitar o diálogo em torno de estratégias e objetivos específicos para uma destinação; d) promover uma pauta de discussões com agentes públicos e privados sobre o papel e as contribuições do setor e e) permitir a interface do turismo com outros setores econômicos (GOELDNER, RITCHIE, McINTOSH, 2002).

A atuação estatal no turismo não é necessariamente benéfica nem prejudicial. Conforme Brohman (1996), não existe nada de errado em aumentar o apoio do Estado para os novos setores de crescimento voltados para fora, como no caso do turismo, notadamente o internacional. No entanto, depende da maneira que o turismo atende às necessidades e interesses da população local e como ele se encaixa nas metas de desenvolvimento social. As autoras desse artigo acreditam que ao se estudar o processo de avaliação das políticas, programas ou projetos na área do turismo poderia ser direcionado esforços na condução mais efetiva dessas ações estatais, especialmente nos processos de formulação e implementação das políticas.

## **2. Avaliação de Políticas Públicas**

Este estudo foca sua análise na avaliação de políticas públicas no período que se inicia com o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A partir dessa gestão, o turismo passa a ter destaque no governo, através da criação de um Ministério específico para o setor e com a implementação do “Plano Nacional do Turismo – Diretrizes, Metas e Programas”, que estabeleceu os rumos para o desenvolvimento da atividade turística no Brasil para o período 2003-2007, tendo sido revisto e no segundo mandato do referido presidente (2007-2010).

Nessa seção serão apresentados alguns conceitos e tipologias de autores relevantes na área de Avaliação de Políticas Públicas. A pesquisa de avaliação tem, para Draibe (2001, p. 17), como objeto “uma dada intervenção na realidade social, uma política pública, entendida então como a que se desenvolve em esferas públicas da sociedade”. Esse entendimento norteou a seleção dos artigos a serem investigados nesse trabalho, ou seja, foram selecionados artigos que contemplassem intervenções de entes governamentais na realidade social.

## **2.1 Tipologia das avaliações**

### **A) De acordo com o momento de realização**

De acordo com o momento de realização da avaliação, a pesquisa pode ser *ex ante*, concomitante e *ex post*. Avaliações *ex ante*, também chamadas de avaliações diagnósticos, conforme Draibe (2001, p. 19) “precedem o início do programa, ocorrendo em geral durante as fases de sua preparação e formulação”. Elas são realizadas para apoiar decisões finais da formulação e confere a viabilidade da política, programa ou projeto. Avaliações *ex post*, são feitas após a realização do projeto, buscando apreender os processos de implementação e execução utilizados.

### **B) De acordo com a natureza**

Quanto à natureza, as avaliações podem ser definidas como de resultados e de processo (CAVALCANTI, 2001; DRAIBE, 2001). A primeira pode buscar identificar os resultados, impactos ou efeitos da política. A diferenciação entre essas categorias não é tão direta, inclusive os próprios autores, muitas vezes, utilizam de forma indistinta os conceitos.

As avaliações de processo de natureza qualitativa, “buscam identificar os fatores facilitadores e os obstáculos que operam ao longo da implementação e que condicionam, positiva ou negativamente, o cumprimento das metas e objetivos” (DRAIBE, 2001, p. 30). Segundo Figueiredo e Figueiredo (1986), esse tipo de avaliação visa à aferição da eficácia e sua importância deriva do fato da impossibilidade de antever todos os entraves, problemas e conflitos possíveis durante a realização de um programa.

Draibe (2001) e Carvalho (2001) subdividem a avaliação de resultados em três tipos:

- a) Resultados: produtos do programa, previstos em suas metas e derivados do seu processo particular de produção. Os indicadores utilizados medem os graus, as quantidades e os níveis de qualidade com que as metas programadas foram cumpridas. As perguntas norteadoras dessa investigação são as seguintes: O programa realizou os objetivos pretendidos? Atingiu os grupos-alvo que pretendeu atingir? Cumpriu em que níveis de qualidade ou quantidade, as metas propostas?
- b) Impactos: referem-se às alterações ou mudanças efetivas na realidade sobre a qual o programa intervém e por ele são provocadas. Como se trata de avaliar as mudanças pretendidas ou os resultados mais duradouros, os indicadores devem ser capazes de medir os efeitos líquidos do programa sobre a população-alvo. As perguntas norteadoras são: o programa efetivamente produziu os resultados *stricto sensu* que pretendia alcançar? Afetou e em que medida e sentido a características da realidade que queria transformar?
- c) Efeitos: também chamados de impactos indiretos, referem-se a outros impactos do programa, esperados ou não, que afetam o meio social e institucional no qual se realizou.

### C) Condução da avaliação

A avaliação pode ser tipificada também de acordo com os responsáveis pela condução da avaliação. Conforme Carvalho (2001), ela pode ser externa, quando realizada por especialistas e interna, quando realizada pelos gestores, executores ou mesmo pelo público-alvo do programa ou projeto.

## 2.2 Procedimentos metodológicos e postura do analista

Para uma realização competente, o analista deve ter conhecimento teórico contínuo e atualizado sobre a política e o seu contexto; experiências de campo; conhecimento em pesquisas avaliativas, especialmente na formação de seu destino, escolha de metodologias apropriadas, na definição de indicadores e no uso de

instrumentos e técnicas de coleta de dados; por fim, uma capacidade analítica (CARVALHO, 2001).

A utilização dos indicadores, citada acima, se torna necessário quando os resultados a medir são intangíveis ou subjetivos. Eles buscam expressar aspectos da realidade observada sob uma forma que se possa mensurá-lo. De acordo com Januzzi (2005, p. 138),

no campo aplicado das políticas públicas, os indicadores sociais são medidas usadas para permitir a operacionalização de um conceito abstrato ou de uma demanda de interesse programático. Os indicadores apontam, indicam, aproximam, traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente.

Eles devem atender alguns critérios e características como: medir os elementos significativos do programa; devem utilizar-se de um só aspecto da atuação e medi-lo; devem utilizar medidas exatas; tem que se referir aos fatos e não a impressões subjetivas; deve ter relação com o que se quer medir e ser de fácil compreensão do público-alvo a que se destina; por fim, devem basear-se em dados facilmente disponíveis de forma que se possa obtê-lo mediante um cálculo rápido e a um custo aceitável (CARVALHO, 2001).

Draibe (2001) destaca que se faz necessário traçar o recorte programático da análise proposta, que para ela é a definição do que se quer analisar em uma política, ou programa ou projeto.

Não há unanimidade entre os autores acerca da definição de política, plano, programa e projeto. O termo “programa designa uma seqüência de ações limitadas no tempo e sobretudo definida precisamente em seus meios e seus objetivos operatórios [...], a noção de política, quanto a ela, remete principalmente a um conjunto complexo de programas, processos e regulações, concorrendo a um mesmo objetivo geral”(KRESSLER apud KRESSLER, 1998). É muito conhecida a terminologia utilizada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento-BIRD ou Banco Mundial, cuja diferenciação considera a amplitude do campo econômico abrangido. O plano se aplica a economia como um todo (nacional, regional), o programa se refere à orientação de um setor, enquanto o projeto designa a orientação de um empreendimento específico. Essa terminologia ajuda a esclarecer esses instrumentos, mas é preciso também admitir

que muitos autores utilizam os termos como sinônimos, um projeto para o Brasil, por exemplo, pode dizer respeito a um plano (MIGLIOLI, 1983).

Após apresentar a tipologia da avaliação e esclarecimentos conceituais, finaliza-se essa seção, destacando a importância da mesma para o processo de gestão das políticas públicas. Dentre outros aspectos, na área de turismo o processo de avaliação se faz importante pela possibilidade de contribuir no acompanhamento das ações e realinhamento das decisões e opções políticas programadas. Carvalho (2001, p. 63) observa que é preciso mudar a concepção de que a avaliação é sinônimo de fiscalização e auditoria e aprendê-la “como um dos processos indispensáveis na melhoria das decisões e ações no campo social”.

### **3. Procedimentos Metodológicos**

Analisar a produção científica de uma área ou temática utilizando a bibliometria não é uma experiência nova. Observam-se na literatura diversos estudos com o objetivo de levantar indicadores de produções acadêmicas, como os de Aragão e Oliveira (2007) e Igarashi, Ensslin e Todesco (2007).

A pesquisa realizada sobre a produção científica de turismo ora apresentada, caracteriza-se, quanto à natureza, como descritiva. Sendo a análise de dados realizada de forma quantitativa e qualitativa. Segundo, Caldas e Tinoco (2003, p. 102) “a principal função das citações é fornecer ao leitor referências importantes sobre o campo de estudo em questão [...]”.

No caso deste trabalho, o campo de estudo é o da avaliação de políticas públicas de turismo e as autoras têm como objetivo identificar estudos, autores e obras de referência sobre a temática e metodologias utilizadas. O critério para seleção dos periódicos foi o seguinte: todos os periódicos que incluem a palavra turismo no seu título e que tenham obtido avaliação no Qualis da CAPES de pelo menos B4, independente da área.

Para a elaboração deste levantamento foi criada uma base com os dados sobre os artigos e as referências de todos os artigos publicados nos periódicos nos últimos oito anos (2003-2010). O corte temporal foi feito tomando como referência o início do Plano Nacional de Turismo, período de maior ênfase da atividade no país. O critério de

seleção dos artigos inicialmente foi a existência de alguma das palavras no título dos artigos: avaliação, análise, programa, política, projeto, indicadores, efeitos ou impacto. Sendo assim, foram selecionados 57 artigos preliminarmente (Momento 1). Após a leitura dos resumos, foram desprezados 35 artigos por não tratarem de intervenções públicas planejadas ou não planejadas (Momento 2). Após a leitura completa dos 22 artigos restantes, foi observado que 13 não tratavam de políticas, programas ou projetos públicos na área de turismo. (Momento 3).

Tabela 1: Periódicos selecionados para a pesquisa

PERIÓDICO	ESTRATO QUALIS	ÁREA <sup>3</sup>	PERÍODO DISPONÍVEL	ARTIGOS		
				(1)	(2)	(3)
Estudios y Perspectivas en Turismo	B1	1	2003-2008	8 <sup>4</sup>	0	0
Pasos – Revista de Turismo y Patrimonio Cultural	B1	1	2003-2010	10	4	1
Cuadernos de Turismo	B2	1	2003-2009	3	1	0
Revista Turismo em Análise	B2	1	ND	ND	ND	ND
Turismo. Visão e Ação	B3	1	2003-2010	6	5	3
Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo	B4	1	2006-2009	7	3	1
Caderno Virtual de Turismo (UFRJ)	B4	1	2003-2010	20	9	4
Anais - Encontro Nacional de Turismo com Base Local	B4	2	ND	ND	ND	ND
Revista Brasileira de Ecoturismo	B4	2	2008-2010	3	0	0
Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo	B4	3	2007-2008	0	0	0
Revista Eletrônica de Turismo Cultural (USP)	B4	4	ND	ND	ND	ND
<b>TOTAL</b>				<b>57</b>	<b>22</b>	<b>9</b>

Fonte: elaboração própria baseado em Capes (2010) e nos sites dos periódicos  
ND significa que a revista não estava disponível em meio eletrônico para consulta.

A primeira etapa da pesquisa teve como resultado a alimentação da planilha no Excel com os dados dos artigos separados em campos distintos para posterior tratamento quantitativo e indicações de autores, instituições e obras de referências utilizadas pelos mesmos. A segunda etapa consistiu de uma profundidade maior de análise através da técnica de análise de conteúdo, entendida como um procedimento sistemático para descrever o conteúdo de comunicações (MERRIAN, 1998, p. 123). Os

<sup>3</sup> 1 - Administração, ciências contábeis e turismo, 2 – Geografia, 3 – Interdisciplinar, 4 – Educação

<sup>4</sup> Um artigo não estava disponível para *download*.

9<sup>i</sup> artigos selecionados foram trabalhados de forma a verificar aplicações das categorias teóricas descritas na seção anterior.

#### 4. Descrição e Análise dos Dados

Os dados serão apresentados em duas partes: uma referente às informações bibliométricas e outra referente à análise a tipologia e dos procedimentos de avaliação utilizados.

##### 4.1 Informações bibliométricas

Através da tabela 1, apresentada na seção anterior, pode-se notar que os trabalhos sobre avaliação de políticas públicas na área de turismo não correspondem a um por cento<sup>5</sup> dos trabalhos publicados nos melhores periódicos da área em língua portuguesa e espanhola, avaliados pela CAPES e dos quais se teve acesso aos artigos pelo *website* das revistas.

Quando analisado por periódico, na tabela 2 abaixo, percebe-se que também não se pode atribuir um periódico de referência ao tema em análise, pois mesmo na revista que mais publicou sobre o tema, a Revista Turismo: visão e ação, a temática não representa 2,5% dos artigos publicados.

Tabela 2: Produção acadêmica sobre avaliação de políticas públicas nos periódicos analisados

PERIÓDICO	ARTIGOS PÚBLICADOS	TRABALHOS SOBRE AVALIAÇÃO	% DE ARTIGOS SOBRE AVALIAÇÃO
Pasos – Revista de Turismo y Patrimônio Cultural	211	1	0,47%
Turismo. Visão e Ação	142	3	2,11%
Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo	78	1	1,28%
Caderno Virtual de Turismo (UFRJ)	202	4	1,98%
<b>TOTAL</b>	<b>633</b>	<b>9</b>	<b>1,42%</b>

Fonte: periódicos da pesquisa

Também não foram identificadas instituições e autores de referência, já que as universidades apareceram apenas uma vez nos artigos analisados, com exceção da

<sup>5</sup> De um total de 959 artigos publicados pelos periódicos no período selecionado.



Universidade Federal do Maranhão com dois artigos publicados pelo professor Saulo Ribeiro dos Santos, como pode ser observado no quadro 1, abaixo:

AUTORES	UNIVERSIDADES
Anna Karenina Chaves Delgado	Universidade de Brasília*
Caroline Feitosa Gama Muniz Saulo Ribeiro dos Santos	(não possui currículo na plataforma Lattes) Universidade Federal do Maranhão
Fábia Trentin Davis Gruber Sansolo	Universidade Federal Fluminense Universidade Anhembi Morumbi
Jean Henrique Costa	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Josilene Henriques da Silva Fabiana Britto de Azevedo Maia	Universidade Federal de Pernambuco Universidade Federal de Pernambuco*
Luciana Rodrigues de Moraes e Silva José Roberto de Lima Andrade	Universidade Federal do Sergipe – Universidade do Tiradentes Universidade Federal do Sergipe
Marcelo da Silva Taveira Maria Aparecida Pontes da Fonseca	Instituto Federal do Rio Grande do Norte Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Saulo Ribeiro dos Santos Maria Gracinda Carvalho Teixeira	Universidade Federal do Maranhão Universidade Federal do Maranhão
Tatiana Amaral Silva Marcos Aurélio Ávila	Universidade Estadual de Santa Cruz Universidade Estadual de Santa Cruz

Quadro 1: Autores e instituições

Fonte: dados da pesquisa

\* Instituição no momento da publicação do artigo.

Em relação à utilização de referências sobre políticas públicas e avaliação das mesmas nota-se uma lacuna de textos conceituais sobre a área, ou seja, artigos são produzidos e publicados sem a utilização e embasamento de autores que estudam o assunto, seja na área específica de turismo ou não. O fato se torna mais preocupante quando não são percebidos autores de referências, com idéias já consolidadas e reconhecidas na academia sobre os temas em questão e uma ausência completa da literatura de avaliação. As obras citadas com o título de políticas públicas, mas não de forma recorrente, foram as seguintes:

Tabela 3: Referências específicas utilizadas e frequência de uso

REFERÊNCIA	No. CITAÇÕES
CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. <b>Política de turismo e território</b> . 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.	3
FONSECA, Maria Aparecida Pontes. <b>Espaço, políticas de turismo e competitividade</b> . Natal-RN: EDUFRN, 2005.	2
BUCCI, Maria Paula Dallari. <b>Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico</b> . São Paulo: Saraiva, 2006.	1
MIRANDA, Maria Inês Ferreira de. <b>Políticas Públicas: reflexões para crianças e adolescentes</b> . Goiânia: AB, 2001.	1
MERICO, K. F. K. Políticas Públicas para a sustentabilidade. In: VIANA, G.;	1

SILVA, M; DINIZ, N (orgs.) <b>O desafio da sustentabilidade</b> . São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 251-262.	
BARBOSA, L.G. M.; ZAMOT, F. S. Políticas públicas para o desenvolvimento do turismo: o caso do município de Rio das Ostras. In: BARBOSA, L. G. M.; ZOUAIN, D., M. (Orgs.) <b>Gestão em turismo e hotelaria: experiências públicas e privadas</b> . São Paulo: Aleph, 2004.	1
OLIVEIRA, J. A. P. de. Repensando Políticas Públicas: Por que freqüentemente falhamos no planejamento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 29, Brasília. <b>Anais...</b> Brasília: EnANPAD, 2005. 1 CD.	1
OLIVEIRA, J. A. P. de. <b>Implementation of environmental policies in developing countries</b> . Albany: State University of New York Press, 2008.	1
COSTA, Jean Henrique. <b>Trabalhadores de verão</b> : Políticas públicas, turismo e emprego no litoral potiguar. Natal: UFRN, 2007. Dissertação (Mestrado) — Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.	1
CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Políticas de Turismo e construção do espaço turístico litorâneo do Nordeste do Brasil. In: LEMOS, A. I. G (org.). <b>Turismo: impactos socioeconômicos</b> . São Paulo: Hucitec, 1999.	1
TAVEIRA, Marcelo da Silva. <b>Políticas de turismo e comunidade local no litoral potiguar</b> . Natal: UFRN, 2008. Dissertação (Mestrado) — Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.	1
CAVALCANTI, K. B. <b>Estado e política de turismo</b> : o caso da Via Costeira da cidade de Natal. Dissertação (mestrado em Administração). Nata: Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1993	1

Fonte: dados da pesquisa

## 4.2 Informações sobre a análise dos artigos

Essa seção será apresentada abordando as seguintes categorias de análise: tempo e lugar da análise, recorte programático, referências de políticas públicas e de avaliação utilizadas, unidade de análise, dimensões enfocadas, tipologia de avaliação, utilização de indicadores e procedimentos metodológicos.

Os artigos expuseram de forma clara o recorte programático e o lugar utilizado pelos mesmos. 8 artigos analisaram programas (Programa Sentinela, em Ilhéus; Plano Maior, no Maranhão em dois artigos; Prodetur NE/I, nos municípios da região metropolitana de Natal em dois artigos; Prodetur NE/I, no estado da Paraíba; Programa de Regionalização do Turismo, em Poço Redondo e Canindé do São Francisco, em Sergipe; Programa de Implementação das Unidades de Conservação, em Buíque, Pernambuco). O último artigo, tratou da política de turismo, em Bonito/MG.

Com exceção de um que se voltou para a análise do Plano Maior do Maranhão, todos os outros realizaram suas análises tendo como unidade de análise a localidade, seja um município ou um conjunto desses que foram alvo da política ou analisado. As dimensões de análise mais freqüentes foram as econômica e social, através da

investigação de impactos referentes ao emprego e renda, mas também foram identificadas as dimensões ambientais e política. Todas as análises foram realizadas através de pessoas externas à execução dos programas, geralmente ligadas a programas de pós-graduação de Universidades da referida região. Quanto à dimensão temporal, todos os artigos se concentraram na avaliação *ex post*, quando focam a análise do desenvolvimento ou nos produtos verificados com a implementação do programa.

A ausência de literaturas específicas sobre avaliação tem implicações nos procedimentos metodológicos utilizados de forma a responder as perguntas de pesquisa formuladas nos estudos. O uso de indicadores ou variáveis de análise, ou pelo menos sua explicitação nos textos, foram realizadas apenas nos artigos que se referiram aos programas: Sentinela, em Ilhéus, Programa Maior, no Maranhão em apenas um dos dois artigos estudados; e PRODETUR NE/I, na Paraíba; e a política pública de turismo em Bonito/MG. No entanto, de forma superficial, sem aprofundamento.

Talvez, por falta de definição de indicadores e análise mais sistemática, nos demais artigos, algumas conclusões foram apresentadas de forma superficial e sem demonstrar que os efeitos/resultados verificados tenham sido devidos a implementação desse programa e não de outro. Dois dos artigos que se propuseram a investigar os resultados/efeitos na população chegaram a conclusões semelhantes: “após a implementação da ação, houve um aumento do número de empregos, mas seguida de concentração de renda, no período analisado”. A pergunta surge: como o autor pode assegurar que esses resultados estão apenas atrelados aos investimentos, ações ou omissões governamentais na área do turismo? Outros fatores não poderiam contribuir ou influenciar os resultados?

Alguns artigos também relataram algum fato, mas não deixaram explicitado o nível de ocorrência do mesmo. Por exemplo, frases como as seguintes foram muito comuns: “os benefícios advindos atingem um número incipiente de moradores” ou “o grau de conhecimento acerca dos projetos dessas duas comunidades é ínfimo”. Portanto, é pertinente o questionamento sobre estas assertivas presentes nos artigos citados: o que eles consideram como incipientes? O que é definido como um grau de conhecimento ínfimo? Faltou, durante as leituras, uma melhor definição do que estava sendo objeto de investigação e quais variáveis e indicadores estavam sendo utilizados.

Outra dificuldade ocorreu devido à utilização dos construtos de resultados, impactos e efeitos como se fossem sinônimos. Informava-se que iriam ser investigados os efeitos, quando, na realidade, o que se deixava claro eram os resultados imediatos, por exemplo. Também se percebe um certo descuido por normas metodológicas ou que não foram devidamente explicitadas na maioria dos artigos selecionados. Os artigos analisados, e não se tratam apenas dos 9 finais, mas os 23 que foram lidos integralmente, cometeram equívocos do tipo:

- a) desprezaram que utilizaram a técnica de entrevistas para a coleta de dados, no entanto, não especificaram quais os públicos-alvo investigados, nem os critérios de seleção dos informantes-chaves;
- b) informaram ter utilizado uma amostra não probabilística, intencional, e com o quantitativo muito inferior ao tamanho da amostra recomendado para obter representatividade estatística e o texto fazia inferências para toda a população;
- c) informaram que utilizaram documentos, mas não os especificaram;
- d) não informaram o período de coleta de dados;
- e) não informaram quais técnicas de análise de dados foram utilizadas;
- f) quando informaram as técnicas utilizadas, por exemplo, análise de conteúdo, não explicaram as categorias analíticas.

A falta dessas informações prejudicou a análise dos artigos e possíveis replicações do mesmo em outros contextos de forma a confrontar ou confirmar resultados encontrados anteriormente.

## **5. Conclusões**

Este trabalho intencionou aprofundar conhecimento sobre avaliação de políticas públicas de turismo a partir de um estudo bibliométrico nos periódicos especializados avaliados pela CAPES com conceito igual ou superior a B4.

A pesquisa realizada para fins do presente artigo comprovou que é pequena a produção científica sobre a avaliação de políticas públicas nos periódicos especializados em turismo no Brasil. Observou também que os artigos examinados apresentaram em sua maioria fragilidades e inconsistências metodológicas quanto aos métodos e categorias analíticas utilizadas, o que comprometeu a percepção e o exame dos

resultados por eles apresentados, que foram mais gerais e abstratos que específicos e precisos, dificultando ou impossibilitando a replicação das pesquisas em outros contextos.

Constatou também o uso restrito da literatura consagrada sobre avaliação de políticas públicas. Esse aspecto foi, sem dúvida, um elemento dificultador, pois a falta de clareza sobre o tipo de avaliação que se pretendia fazer, se refletiu na indefinição de critérios para aferição de resultados, efeitos e impactos passíveis de serem apreendidos ou mensurados. Dessa forma, deixou-se também de contemplar as limitações dos estudos, bem como os efeitos de ligações entre as políticas de turismo e outras políticas públicas.

Esses aspectos demonstram que a avaliação de políticas públicas em turismo é um campo de estudo vasto que tem ainda um longo caminho a percorrer, campo necessário que lhe seja dada prioridade pelos estudiosos, sobretudo devido à importância que a atividade turística tem apresentado em nosso país e pelo papel estratégico que as políticas públicas têm desempenhado no desenvolvimento da área, exigindo assim, conhecimento mais detalhado e específico de métodos e técnicas de pesquisas afinados com a avaliação de planos, programas e projetos do setor, que alcance abrangência territorial diversificada e níveis de atuação em âmbito federal, estadual e municipal, além de recortes regionais.

## Referências

ARAGÃO, Lindenberg Araújo; OLIVEIRA, Oderlene Vieira de. Visão Baseada em Recursos e Capacidades Dinâmicas no Contexto Brasileiro. A Produção e a Evolução Acadêmica em Dez Anos de Contribuições. In: 31 ENCONTRO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. 1 CD ROM.

BROHMAN, John. New Directions in Tourism for Third World Development. **Annals of Tourism Research**. Vol. 23, n. 1, p. 48-70, 1996.

CALDAS M. P.; TINOCO, T. Pesquisa em Gestão de Recursos Humanos nos Anos 1990: um estudo bibliométrico. **Revista de Administração de Empresas**, v.44, n.3, p.100-114, 2004.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Web-Qualis. Avaliação de Periódicos. Disponível em: <<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/>>. Acesso em 26 jun. 2010.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Avaliação de projetos sociais. In: ÁVILA, Célia M. de (coord.). **Gestão de projetos sociais**. São Paulo: AAPCS – Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária, 2001. p. 61-92.

DRAIBE, Sônia Miriam. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre; Maria do Carmo Brant de CARVALHO (Org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.

FIGUEIREDO, Marcos Faria; FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. Avaliação política e avaliação de políticas. **Análise & Conjuntura**, v.1, n. 3, Belo Horizonte, set./dez. 1986.

GOELDNER, Charles R.; RITCHIE, J. R. Brent; McINTOSH, Robert W. Políticas de turismo: estrutura, conteúdo e processo. In: \_\_\_\_\_ **Turismo: princípios, práticas e filosofia**. Porto Alegre, 2002. p. 293-312.

IGARASHI, Deisy Cristina Corrêa; ENSSLIN, Sandra Rolim; IGARASHI, Wagner , TODESCO, José Leomar; ENSSLIN, Leonardo. Avaliação/Ensino/Pós-graduação no Contexto Brasileiro: uma Investigação sobre a Produção Científica constante na Scientific Electronic Library Online, no período entre 1974 e 2007. In: 31 ENCONTRO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. 1 CD ROM.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 56, n. 2., abr./jun. 2005. p. 137-160.

KRESSLER, Marie Christine, Avant-Propos. In KRESSLER, Marie Christine,; LASCOUMES, Pierre; SETBOM, Michel ; THOENIG Jean Claude(orgs.), **Evaluation des Politiques Publiques**, Paris, L'Harmattan, 1998, p.1-5.

MERRIAM, S. B. Case Studies as Qualitative Research. In: MERRIAM, S. B. **Qualitative research and case study applications in education**. San Francisco: Jossey-Bass, 1998. p. 26-43.

MIGLIOLI, Jorge. **Introdução ao Planejamento Econômico**, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1983.

ROCHE, Chris. **Avaliação de impacto dos trabalhos de ONGs: aprendendo a valorizar as mudanças**. São Paulo: Cortez: ABONG; Oxford, Inglaterra, 2002.

---

## <sup>i</sup> Artigos analisados

COSTA, Jean Henrique. Políticas Públicas, turismo e emprego no litoral potiguar. **Caderno Virtual de Turismo**. Vol. 8, n. 2, p. 115-129, 2008.

DELGADO, Anna Karenina Chaves. As ações do PRODETUR/NE I e suas implicações para o desenvolvimento da Paraíba com base no turismo. **Caderno Virtual de Turismo**. Vol. 9, n. 3, p. 32-43., 2009.

MUNIZ, Caroline Feitosa Gama; SANTOS, Saulo Ribeiro dos. A implantação do macroprograma de comunicação do plano integral de desenvolvimento do turismo no Maranhão: o caso do município de São Luiz (MA). **Caderno Virtual de Turismo**. Vol. 7, n. 1, p. 10-18, 2007.

SANTOS, Saulo Ribeiro dos; TEIXEIRA, Maria Gracinda Carvalho. Análise do plano de desenvolvimento turístico do estado do Maranhão: potencialidades e entraves na gestão do pólo turístico. **Turismo. Visão e Ação**. Vol. 11, n. 2, p. 218-241, 2009.

SILVA, Josilene Henriques da; MAIA, Fabiana Britto de Azevedo. O turismo no Parque Nacional do Catimbau: avaliação dos benefícios da atividade percebidos pelos moradores. **Turismo. Visão e Ação**. Vol. 10, n. 2, p. 204-220, 2008.

SILVA, Luciana Rodrigues de Moraes.; ANDRADE, José Roberto de Lima. Programa de Regionalização do turismo e sua aplicação em comunidades autóctones: o caso do Poço Redondo e Canindé do São Francisco – SE. **Caderno Virtual de Turismo**. Vol. 8, n. 2, p. 15-22, 2008.

SILVA, Tatiana Amaral; ÁVILA, Marcos Aurélio. Turismo sexual e exploração sexual infantil: uma análise da atuação do programa Sentinela, em Ilhéus. **Pasos – Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. Vol. 8, n. 1, p. 185-193, 2010.

TAVEIRA, Marcelo da Silva; FONSECA, Maria Aparecida Pontes da. O modelo turístico potiguar e seus efeitos sócio-espaciais nas comunidades litorâneas. **Observatório de Inovação do Turismo**. Vol. 4, n. 4, 2009.

TRENTIN, Fábila; SAN SOLO, Davis Gruber. Políticas públicas de turismo e indicadores de sustentabilidade ambiental: um estudo sobre Bonito/MG. **Turismo. Visão e Ação**. Vol. 8, n. 1, p. 61-74, 2006.